

2 Tendências do comércio e do investimento direto estrangeiro após a crise financeira mundial

André Cunha^{*}

-
- O mundo vive atualmente uma grande recessão. Diferente do período entre 2002 e 2008, os próximos anos serão de crescimento reduzido;
 - Nesse cenário de dificuldades, cresce a importância da estratégia nacional de desenvolvimento e do papel do Estado, com diversos países reconstruindo suas estruturas;
 - A participação da América Latina na economia mundial apresenta quadro de estagnação, ao contrário da Ásia, que registra intenso crescimento;
 - O mundo desenvolvido está perdendo participação na produção industrial. Por outro lado, nações emergentes conquistam cada vez mais espaço;
 - Apesar dos esforços, desde 1960 a América Latina segue no mesmo patamar nas exportações de mercadorias;
 - A recuperação da crise internacional apresenta lentidão. Mesmo países com melhor desempenho – Brasil e China, por exemplo – estão sofrendo com a desaceleração;
 - A crise financeira mundial teve origem na especulação financeira. Houve problema fiscal devido à necessidade de intervenção do Estado;
 - Com crescimento reduzido, menos pressão é gerada sobre o preço das matérias-primas, situação que beneficia quem exporta e prejudica quem importa;
 - As economias emergentes estão conquistando cada vez mais espaço na geração do PIB mundial, ao passo que as desenvolvidas perdem participação;
 - O Brasil tem trajetória bem-sucedida de crescimento no século 20, com exceção das últimas duas décadas. Momento atual é de recuperação do terreno perdido;
 - Quanto mais o país avança, mais claros se tornam os problemas estruturais. O modelo de desenvolvimento atual, baseado na expansão do crédito e do mercado de trabalho, está perdendo vitalidade;

^{*}Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

- O saldo positivo da balança comercial brasileira é sustentado pela exportação de *commodities*, principalmente petróleo, minério de ferro e soja. Por outro lado, o setor de manufatura tem resultado negativo;
 - A participação da indústria nacional no valor adicionado nacional vem de uma trajetória de queda. O crescimento do PIB é superior ao da indústria;
 - O cenário mundial apresenta alto nível de complexidade e de transformações, com forte ascensão da China, que já conquistou o posto de segunda maior economia do mundo;
 - O Governo Federal investe apenas 1% do PIB, um percentual muito pequeno quando comparado ao de outros países. A legislação não permite que esse índice aumente;
 - Atualmente em recuperação, o Brasil passou por longo período de baixo crescimento e de crise fiscal. Restam ainda falhas graves na infraestrutura física e institucional, qualificação de recursos humanos e geração de tecnologias;
 - O país precisa coordenar as políticas de desenvolvimento (industrial e tecnológica) com as políticas macroeconômicas;
 - Ao longo das últimas décadas, o Brasil conseguiu formar uma estrutura produtiva complexa e integrada. Além disso, possui hoje uma ampla rede de instituições portadoras de competências específicas para a implantação de políticas industriais (bancos de fomento a universidades, agências governamentais e centros de pesquisa);
 - Após o descrédito das políticas neoliberais, o ambiente político atual se tornou favorável à retomada do ativismo estatal. Crises financeiras e baixo crescimento reforçam essa guinada;
 - O Brasil vive um momento em que a redistribuição de renda, a expansão econômica e a estabilidade macroeconômica ocorrem simultaneamente;
 - A especialização regressiva e a perda de dinamismo do ciclo de expansão liderado pelo consumo são riscos presentes no horizonte econômico brasileiro;
 - O país precisa aumentar sua estrutura de coordenação e evitar a descentralização. A solução passa pela adoção de políticas desenvolvimentistas.
-

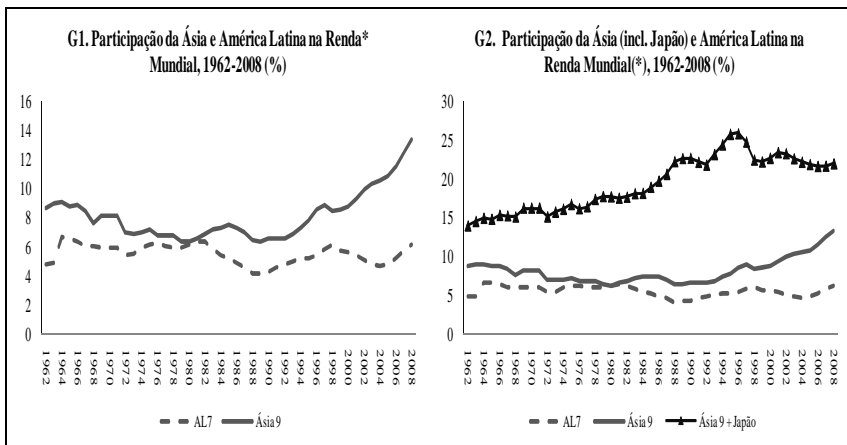
Foi questionando a precisão do título do painel que André Moreira Cunha, professor de Economia da UFRGS, iniciou sua exposição no seminário.

“A sensação é de que a crise financeira global acabou, mas eu acho que não é exatamente esse o cenário. A crise financeira global não acabou. Nós estamos vivendo o que se convencionou chamar de uma grande recessão”, analisou.

América Latina: o paradoxo de Alice no País das Maravilhas

Avaliando gráficos que mostram a trajetória de participação da América Latina e da Ásia na renda mundial, o economista chamou atenção para a distância que se aprofundou entre as duas regiões: “Seja do ponto de vista da renda ou do comércio, fica claro que a Ásia saiu ganhando. Por várias medidas, sua participação só fez crescer, ao passo que na América Latina o quadro é de estagnação. Crescemos evidentemente, mas não tanto quanto eles. Já crescemos mais no passado”.

Para o professor, o desempenho latino-americano encontra paralelo com a passagem de um clássico literário. “Isso nos remete àquele paradoxo da Alice no País das Maravilhas. Às vezes, o sujeito corre, corre, corre, corre. E quando ele olha para o lado, ele se dá conta de que não saiu do lugar porque os outros estão correndo tanto quanto ou mais”, comparou.

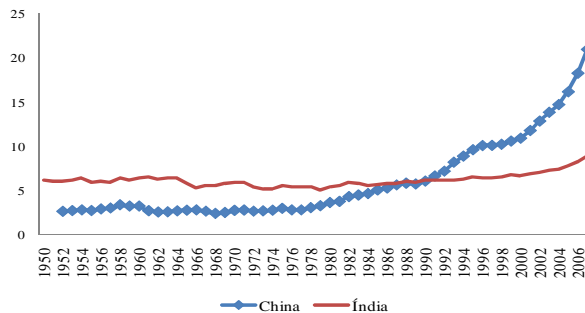
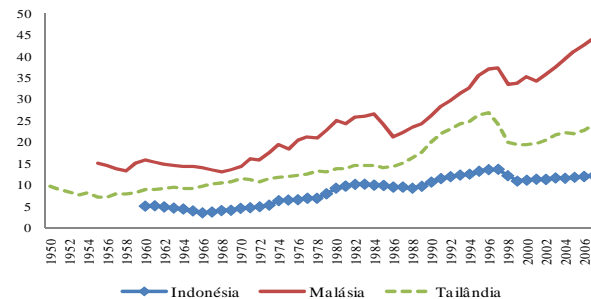
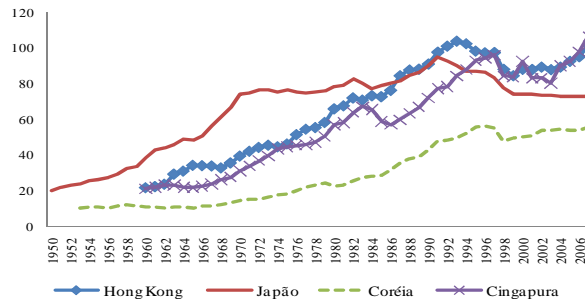
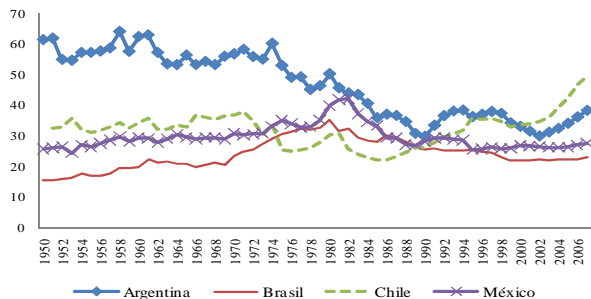


Ao analisar o gráfico que compara a renda *per capita* do Brasil com a dos Estados Unidos e outras nações, Cunha também destacou um ponto negativo: “Nós experimentamos um processo de expansão forte do pós-guerra até meados dos anos 70, mas agora estamos recuando. O resto do mundo segue avançando”.

Para o acadêmico, esse cenário transmite uma mensagem que deve ser levada em conta pelo Brasil: “Vocês [*Governo do Estado*] estão fazendo um enorme esforço para movimentar a máquina, mas está todo mundo também fazendo isso – e alguns certamente fazendo com mais eficiência, porque senão os resultados não seriam esses. Isso diz respeito à eficiência coletiva da sociedade, que é composta pelo Estado, consumidores, empresas, todos nós. Somos todos os responsáveis pelos nossos sucessos e fracassos”.

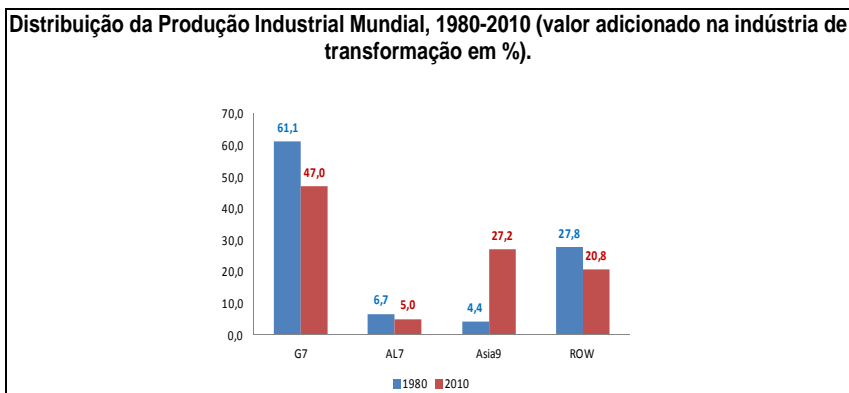
2 Tendências do comércio e do investimento direto estrangeiro após a crise financeira mundial

G5. Evolução da Renda Per Capita de Economias Seleccionadas, 1950-2007 (valores correntes - EUA = 100)

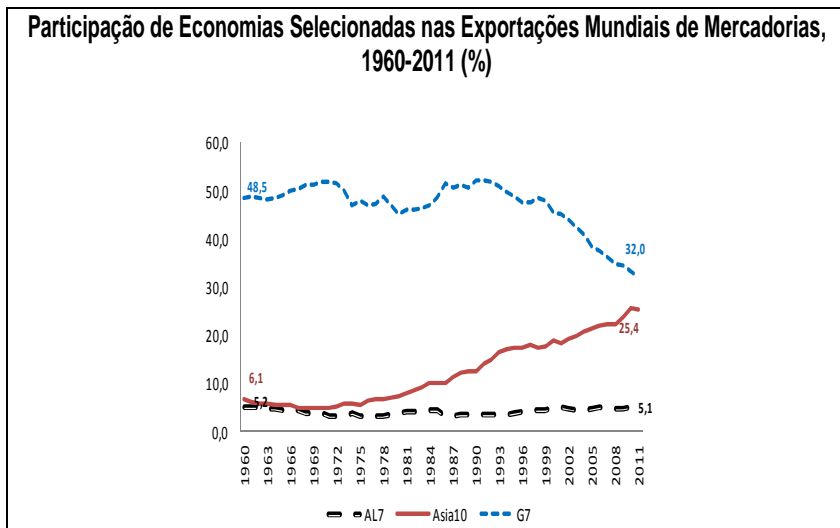


Fonte: Penn World Tables, 6.3 (http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt63/pwt63_form.php, acesso em setembro de 2010)

Cunha também destacou mudanças em curso na distribuição da produção industrial. Entre 1980 e 2010, as economias avançadas e a América Latina perderam participação, enquanto a Ásia registrou uma forte ascensão, absorvendo a maior parte da produção global. Para o painelista, o continente asiático – e sobretudo a China – passa por nova ascensão no mundo industrial e urbano.



Transformação semelhante ocorre na participação das exportações mundiais de mercadorias. De 1960 a 2011, o G7 (grupo formado por Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá) teve sua parcela diminuída, ao passo que a Ásia percorreu uma trajetória de forte expansão. Ao longo desses 51 anos, com algumas oscilações para cima e para baixo, a América Latina manteve seu patamar. “Avançamos um pouco, diminuímos um pouco, mas não saímos do lugar. Estamos onde sempre estivemos”, concluiu.



Efeitos de uma crise que permanece

O professor da UFRGS lembrou que a turbulência internacional teve origem na iniciativa privada, com a especulação financeira. “A crise se tornou fiscal à medida que os Estados tiveram de socorrer o sistema financeiro, senão o pior teria acontecido. Isso gerou um grande endividamento. Alguma coisa aprendemos com a Crise de 29, quando se deixou que um terço do sistema bancário quebrasse nos Estados Unidos”.

Lançando um olhar para o horizonte de curto prazo da economia, Cunha enxerga uma demora na recuperação mundial. “Em 2013, mesmo os países que vinham saindo da crise de forma mais rápida vão desacelerar. O Brasil e a China estão desacelerando. Os Estados Unidos, que poderiam estar crescendo mais rápido, não estão. E a Europa está numa situação bastante complicada. Nos países avançados, há um crescimento que não gera empregos”, destacou.

A partir desse cenário negativo, ele vislumbra uma possibilidade positiva para o Brasil: “Nós temos a geração com os melhores níveis educacionais que a humanidade conseguiu produzir na Europa, mas ela não tem empregos. Há profissionais qualificados em várias áreas do mundo buscando oportunidades. Vamos aproveitar isso, trazendo esse pessoal para cá para acelerar o nosso diferencial e reduzir o nosso *handicap* em termos de recursos humanos”.

Estados Unidos: esforços para voltar ao jogo

De acordo com o economista, a estratégia do presidente norte-americano, Barack Obama, diante da crise não foi a mais adequada. “A solução seria o Tesouro estatizar o sistema financeiro e demitir os executivos, assim como foi feito em outros países. Os executivos não deveriam ganhar esses bônus que são politicamente injustificáveis. Aí se reestrutura os sistemas e, na sequência, privatiza-os”, defendeu.

Ele afirmou que os estímulos fiscais concedidos pelo governo dos EUA permitirão que as empresas se modernizem e adquiram máquinas, mas sem criar postos de trabalho. “As companhias norte-americanas estão ficando extremamente enxutas, e os salários estão muito comprimidos. Nós não estamos nos dando conta de que os Estados Unidos estão ajustados e vão voltar para o jogo de um jeito ou de outro”.

Para o professor, a recuperação dos Estados Unidos depende de algumas condições principais: “A questão é saber se conseguirão fazer uma política fiscal racional que garanta estímulos de curto prazo, modernizando a infraestrutura e resolvendo a questão da energia. É isso o que o Obama quer e os republicanos não querem. O Estado americano é solvente, não vai quebrar, salvo se o mundo acabar”.

Europa: complexidade que gera incertezas

Quanto ao continente europeu, o pesquisador acredita que o cenário apresenta maior complexidade. “O problema se tornou uma crise fiscal. O ajuste que está sendo proposto é no sentido de cortar gastos, e não de aumentar receitas. É difícil ter uma solução simples no curto prazo. O racional seria estimular as economias com investimentos na infraestrutura, mas esses espaços estarão mais complicados. A situação política europeia é realmente complicada”, expressou.

Nesse panorama de dificuldades nas economias centrais, Cunha enxerga “governos amarrados e sem política fiscal, particularmente por questões políticas e fiscais”. “Com o problema nas contas públicas, acaba sobrando a política monetária. Assim, é guerra de bugio, onde sobra para todos os lados. A guerra cambial cria um vetor de instabilidade e um desempenho assimétrico”, alertou.

Matérias-primas: momento bom para quem importa

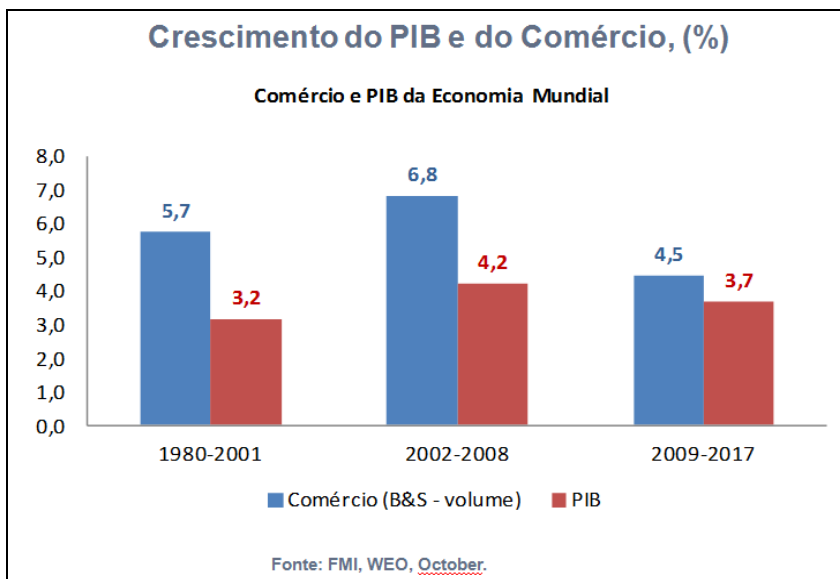
Com o crescimento reduzido ao redor do globo, o painalista avaliou que haverá menos pressão sobre o preço das matérias-primas. “Será ruim para quem exporta e bom para quem importa. Nós temos, por diversos problemas geopolíticos e condições climáticas, algum impacto negativo sobre preços, mas não vão desabar”.

Ele acrescentou, também, que o cenário de expansão exponencial nos preços havido entre 2002 e 2008 não deve se repetir em breve. “Tem muito dinheiro sobrando e muita especulação. A explosão no preço dos recursos naturais é mais uma questão financeira do que resultado da demanda acima da oferta”, observou.

Menos crescimento pela frente

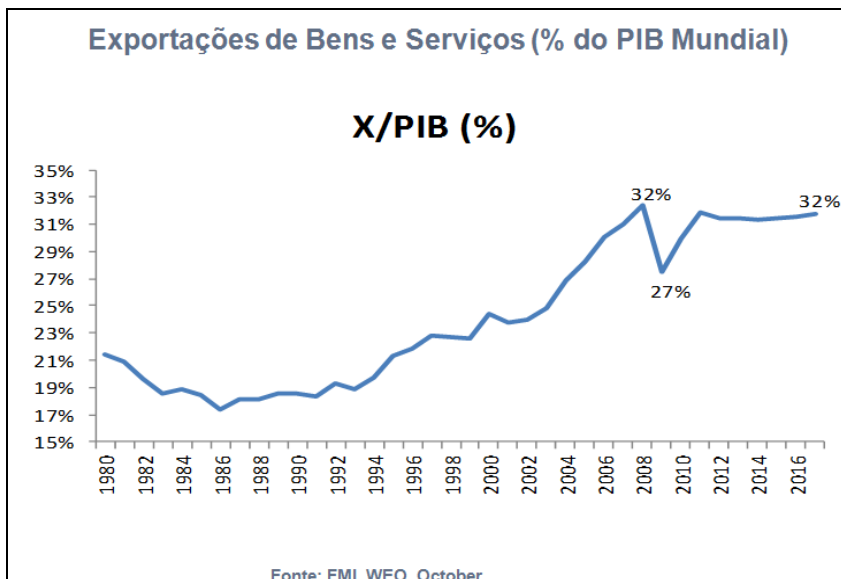
De acordo com Cunha, o crescimento reduzido que se configura na atualidade deve perdurar. “É bastante razoável imaginar que ao longo dos próximos anos o mundo e comércio vão crescer menos, tanto em relação ao período de 2002 a 2008, que foi excepcionalmente favorável, quanto às décadas anteriores”.

Entre 2009 e 2017 o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta um crescimento de 4,5% no comércio e de 3,7% no PIB da economia mundial. Trata-se de uma notável redução diante do desempenho registrado entre 2002 e 2008, cujos índices foram, respectivamente, de 6,8% e 4,2%. “Isso mostra que o mundo não vai crescer tanto quanto cresceu no passado recente”, disse o pesquisador, acrescentando que, mesmo assim, o FMI está “excessivamente otimista”.



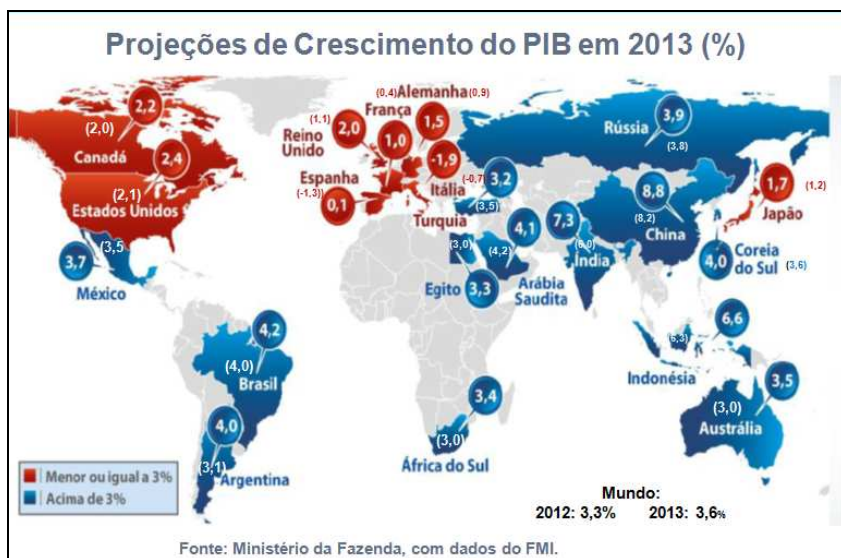
Do início da década de 1980 até 2007, as exportações de bens e serviços cresceram mais do que o PIB. No ano seguinte, essa

movimentação foi bruscamente interrompida. “A crise foi tão grande que o PIB desabou, bem como o comércio e a renda. Agora todos eles estão se recuperando lentamente”, afirmou o professor da UFRGS. Segundo o estudioso, os dados mostram que, ao longo dos próximos anos, as exportações não terão expansão acima do PIB mundial.

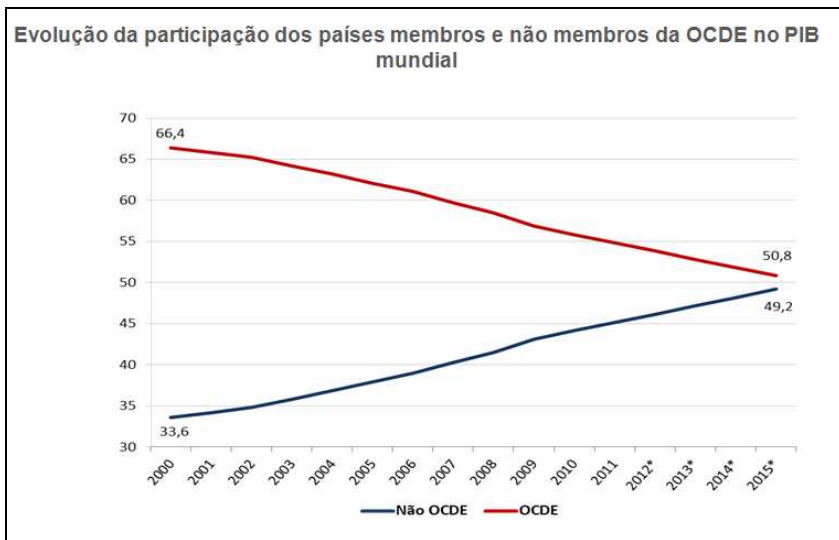


Mundo emergente em plena ascensão

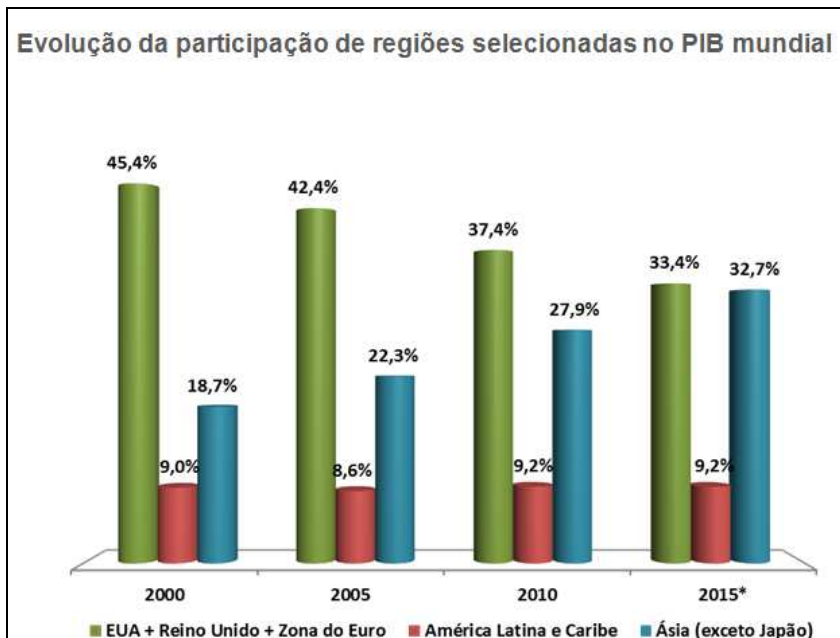
Quando o foco são as projeções de expansão do PIB para 2013, há um cenário muito claro, que se divide em duas frentes. Por um lado, há os países emergentes, que devem crescer acima de 3%. Por outro, as nações desenvolvidas se deparam com um horizonte de incremento igual ou menor que 3%. Entretanto, o painellista fez uma ressalva: “Se queremos saber onde se concentra o consumo de bens e serviços, devemos olhar para as economias maduras. É preciso ter clareza disso”.



Essa mesma movimentação é percebida em um gráfico que traz a participação dos membros e não membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “Quem está crescendo no mundo são os países em desenvolvimento. A participação dos países desenvolvidos está cada vez menor”, ressaltou o pesquisador.



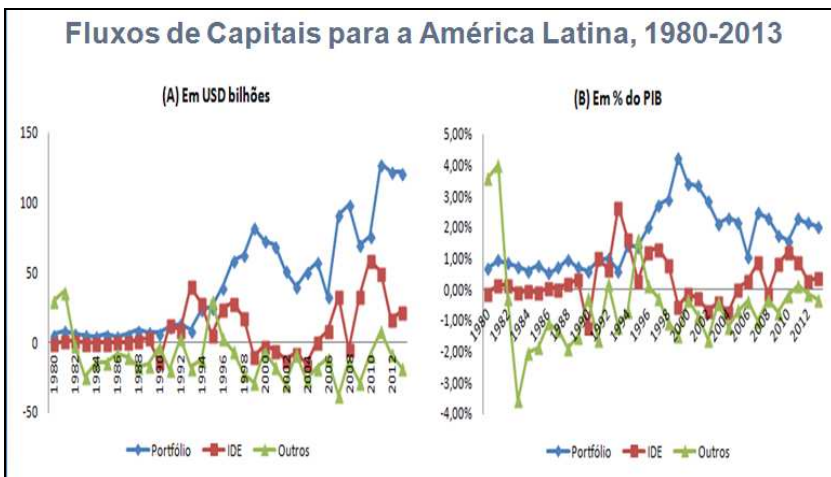
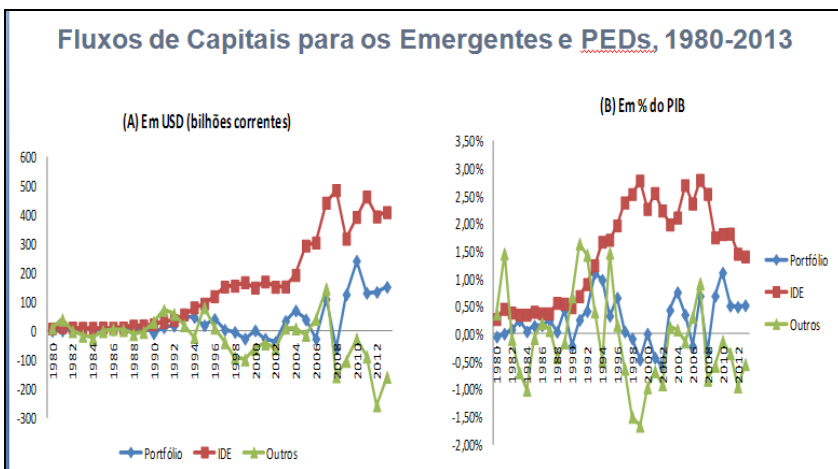
Quando o cenário é destrinchado em regiões do mundo, é observada uma queda na participação do PIB mundial dos Estados Unidos, Reino Unido e Zona do Euro: 45,4% (2000), 42,4% (2005) e 37,4% (2010). Para 2015, a previsão é de 33,4%. Na contramão desse movimento, o gráfico apresenta a Ásia, com exceção do Japão: 18,7% (2000), 22,3% (2005), 27,9% (2010) e 32,7 (2015). Nesse panorama, a América Latina segue praticamente no mesmo patamar, em torno dos 9%.



Mais dinheiro para a produção

Analisando o quadro com os fluxos de capitais para os países emergentes entre 1980 e 2013, o professor da UFRGS chamou atenção para o fato de que boa parte do investimento direto é, na verdade, empréstimo intercompanhia. “Tem muita empresa tomando dinheiro emprestado para fazer diferencial de juros. Então, o que se chama de investimento direto lá na estatística acaba sendo arbitragem financeira”, ressaltou.

No período estudado, entrou mais capital na América Latina na forma de portfólio do que em investimento direto. No entanto, o economista reconheceu que há uma mudança em curso: “No ciclo recente, diferentemente dos anos 80 e 90, o dinheiro está voltando para a esfera produtiva. Além disso, há novos *players*. Não é um investimento Norte-Sul, mas Sul-Sul”.



Para Cunha, é importante diagnosticar o que buscam esses investidores. “Está claro para mim que a China quer recursos naturais. Na América Latina, tem sido assim, entrando um pouco também em setores de serviço e infraestrutura. O quebra-cabeça é que a China tem um investimento direto menor do que poderia. A mi-

nha hipótese é que eles tenham um temor protecionista. Se os chineses vierem com as forças que eles têm para adquirir ativos ao redor do mundo, poderia ocorrer uma reação muito forte”, avaliou.

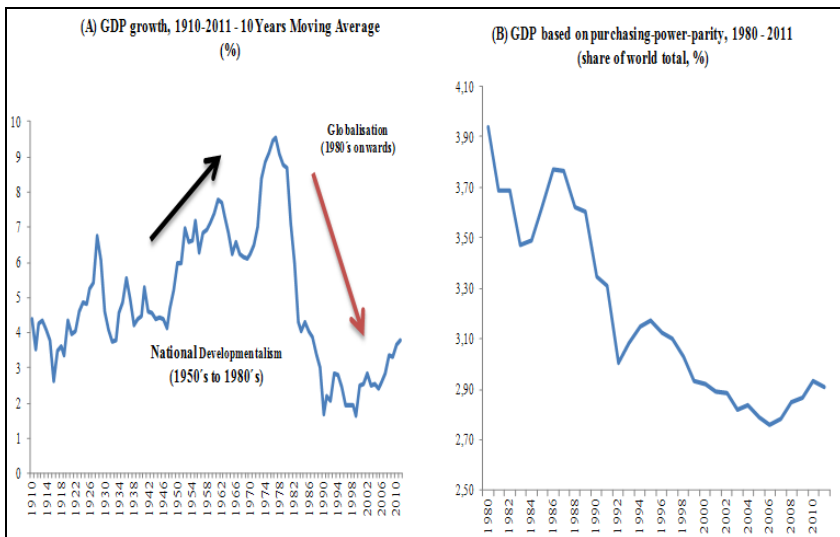
Brasil: entre a pujança e a decadência

Ao longo do século 20, com exceção do Japão, o Brasil foi o país que mais cresceu no bloco capitalista — quando existia essa divisão no mundo. “A história do Brasil é cheia de contradições na sua modernização, globalização e industrialização, mas é relativamente bem-sucedida. Crescemos mais do que o mundo e a taxas muito fortes”, relatou Cunha.

Com a crise da dívida externa, dentre outros fatores, a trajetória positiva foi interrompida, gerando reflexos até hoje. “Desabamos nos anos 80, 90 e 2000. Hoje, estamos tentando recuperar o terreno perdido, mas quanto mais nós avançamos, mais os problemas estruturais vão ficando claros”, alertou.

O professor demonstrou preocupação com o esgotamento do modelo de crescimento baseado recentemente na expansão do crédito e do mercado de trabalho. “Nós conseguimos retirar uma série de empecilhos do caminho como a inflação sem controle e os problemas de finanças públicas. A questão macroeconômica está bastante ajustada, o que é de um enorme valor. Mas o modelo atual está perdendo vitalidade, há uma série de entraves”.

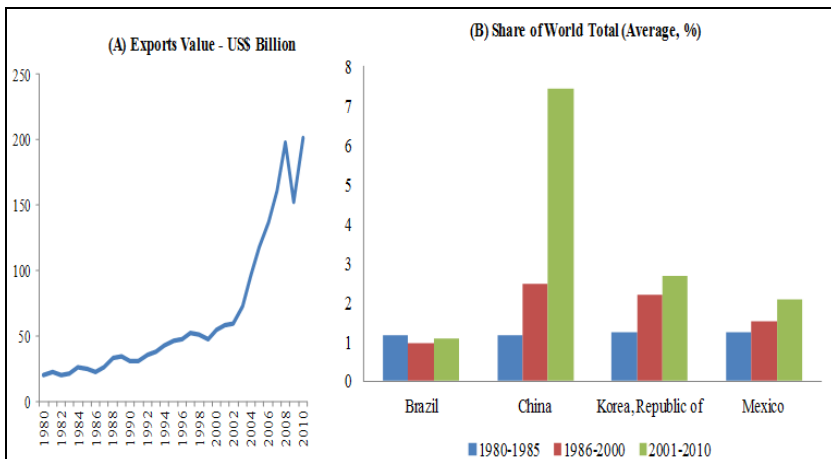
Uma das evidências desse quadro, segundo ele, aparece quando inserido o PIB nacional no contexto da economia mundial: “Quaisquer dados que venhamos a olhar, fica claro que estamos perdendo participação relativa. Não podemos brigar com os dados, mas a partir deles refletir”.



Avançando, mas ficando para trás

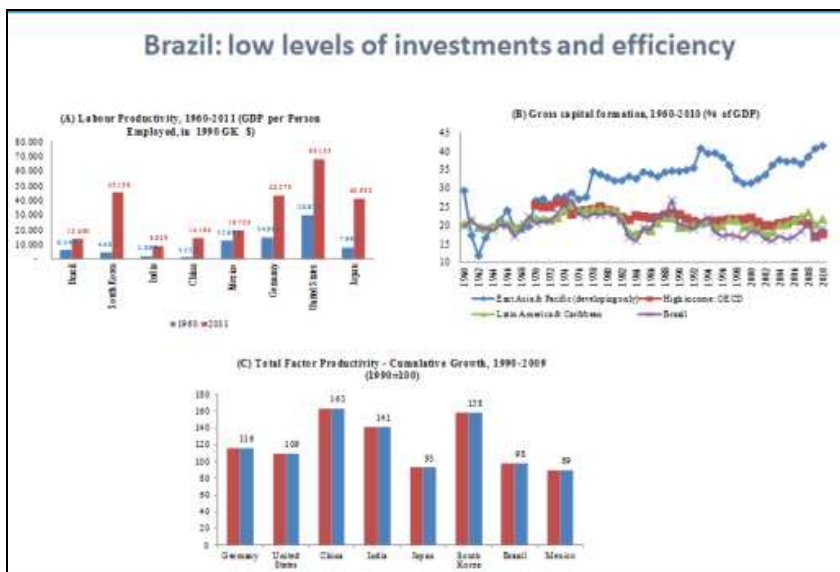
Entre 1980 e 2010, período contemplado no gráfico abaixo, as exportações nacionais tiveram um crescimento exponencial. Segundo o painelistas, a razão desse movimento encontra-se principalmente no ciclo de preços das *commodities*, mas também, em determinadas fases, no comércio de manufaturas para o exterior.

No entanto, ao longo dessas três décadas, o Brasil não obteve sucesso em sua participação relativa nas exportações mundiais. No começo dos anos 80, o País tinha um *market share* próximo da China, Coreia do Sul e México. Com o avançar do tempo, mesmo com alguns impulsos de recuperação, criou-se uma distância acentuada. “Os outros avançaram mais rapidamente do que nós. Nós estamos crescendo para tentar recuperar o terreno perdido, o que é extremamente positivo. Evidentemente é melhor fazer isso do que ficar parado e continuar caindo, mas temos um desafio enorme”, destacou Cunha.



Para o professor, um dos motivos é o baixo nível de investimento no Brasil. “Descontando as estatais, o Governo Federal, com toda a boa vontade, investe 1% do PIB. Nós não resolvemos a infraestrutura do século 20, mas eles estão resolvendo a do século 21”, desabafou, recordando que, nos anos 70 o Brasil investia “tanto quanto ou até mais” que a Ásia.

Em termos de produtividade do trabalho, a questão também apresenta gravidade: “Se pegamos o valor adicionado da indústria *per capita*, todo o mundo nos passou ou está nos passando. Se pegamos a produtividade do trabalho mais agregada ainda, estamos estagnados. Se pegamos qualquer medida da eficiência geral da economia, também não estamos indo bem. A agenda que temos é bastante ampla”.



Junto a esses problemas, o estudioso listou uma série de desvantagens competitivas do Brasil quanto ao dinamismo da economia e do conhecimento. “Abrir empresas é uma dificuldade. As universidades públicas, que estão impedidas de trabalhar, não conseguem ser fonte de disseminação, conhecimento e tecnologias porque estamos amarrados. Temos um grande potencial, mas não conseguimos fazer”.

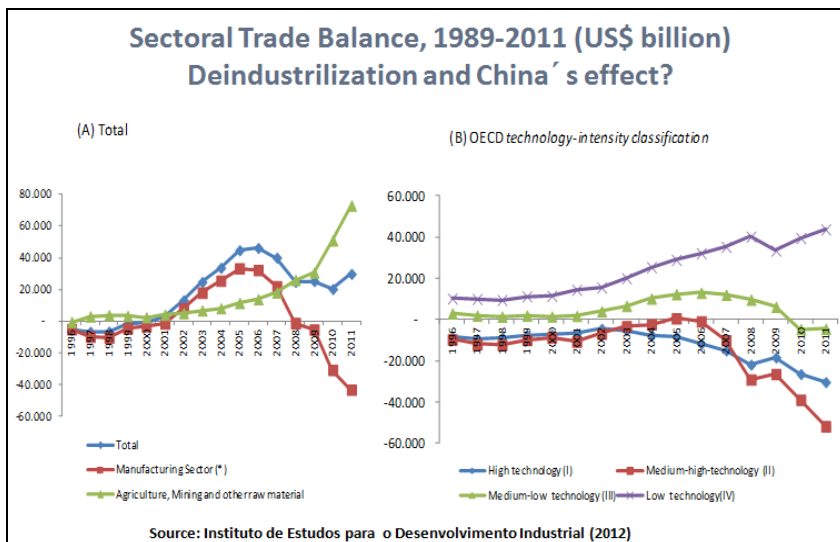
Citando o programa federal Ciência Sem Fronteiras, Cunha apresentou um paradoxo: “Criamos essa iniciativa maravilhosa para mandar estudantes brasileiros para as melhores universidades do mundo, mas eles vão voltar para fazer o que aqui? Nós temos que criar condições para que isso ocorra”.

Superávit sustentado pelas *commodities*

Na história recente do Brasil, a conquista do saldo positivo na balança comercial era considerada distante da realidade econômi-

ca. No entanto, na última década, essa meta foi superada. Ao mencionar esse episódio, o acadêmico recordou: “Se alguém me dissesse, lá nos anos 90, que o Brasil produziria superávits comerciais de mais de US\$ 40 bilhões ao ano, e que nós estaríamos tristes com superávits de US\$ 20 bilhões, eu simplesmente chamaria o sujeito de maluco”.

Qualificando o saldo comercial como “maravilhoso”, o painelista destacou, por outro lado, que o superávit vem sendo produzido principalmente a partir da exportação de petróleo, minério de ferro e soja. Enquanto isso, a balança de manufatura está cada vez mais negativa, o que forma “uma boca de jacaré” na representação gráfica.



Cunha apresentou as razões desse fenômeno: “Nos últimos anos, a indústria se modernizou defensivamente, ganhou eficiência, agregou qualidade e aumentou a capacidade de gerar retornos positivos para os acionistas. Mas não houve uma expansão suficiente na capacidade produtiva, até pela instabilidade macroeconômica”.

mica do país. Quando a demanda veio com força, não tinha produção à altura em vários setores. E aí as importações aumentaram fortemente”.

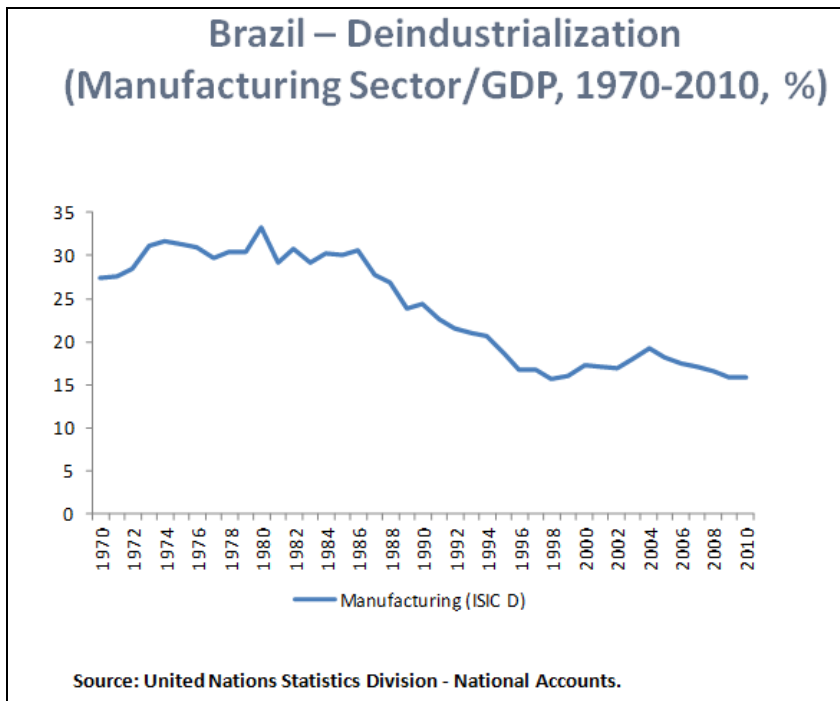
Aliado a esse fator, o economista enxerga um ambiente externo com maior pressão competitiva, em razão da instabilidade internacional. “Todo o mundo quer jogar a crise para fora. Os países buscam criar empregos para sua população, aumentar seu crescimento e exportação. Os chineses, por exemplo, estão subsidiando muito as exportações. E os americanos fazem política monetária para resolver seus problemas”, salientou.

Desindustrialização: uma realidade cada vez mais evidente

Para o professor da UFRGS, outro fenômeno causa preocupação na economia brasileira: a desindustrialização. “Em 1980, éramos a oitava maior economia e tínhamos o oitavo maior parque produtivo industrial do mundo. De cada US\$2 produzidos no mundo em desenvolvimento, um era no Brasil. Desde então, perdemos participação relativa e fomos ultrapassados até pelo México”, lamentou.

Manufacturing Value Added at constant 2005 prices in US Dollars					
1980			2010		
	US Dollars - billion			US Dollars - billion	
		%			%
1 United States	804	21,7%	1 United States	1.763,37	19,9%
2 Japan	520	14,1%	2 China	1.654,25	18,6%
3 Germany	429	11,6%	3 Japan	970,02	10,9%
4 Italy	214	5,8%	4 Germany	556,39	6,3%
5 United Kingdom	208	5,6%	5 Republic of Korea	279,62	3,1%
6 France	166	4,5%	6 Italy	260,38	2,9%
7 Former USSR	111	3,0%	7 United Kingdom	246,85	2,8%
8 Brazil	97	2,6%	8 France	244,39	2,8%
9 Spain	94	2,5%	9 India	183,22	2,1%
10 Canada	85	2,3%	10 Mexico	163,31	1,8%
11 Mexico	80	2,2%	11 Brazil	150,67	1,7%
12 China	62	1,7%	12 Spain	141,83	1,6%
28 Republic of Korea	21	0,6%	13 Canada	131,29	1,5%
			14 Russian Federation	128,43	1,4%
World Total	3.697	100.0%	World	8.883.16	100.0%

Quando o foco fixa-se na participação da indústria no valor adicionado, essa percepção da realidade é reforçada. De 1970 a 2010, de acordo com dados da Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU), o índice caiu quase pela metade. “A indústria cresce, mas menos do que o PIB. Isso é parte da nossa história, da ausência de estratégia de desenvolvimento, da instabilidade macroeconômica, dentre outras razões. Então, o empresário tenta proteger a empresa e os acionistas, e tem dúvida se vale a pena investir já que não sabe se a economia vai crescer”, justificou.



Brasil e China: conexão cada vez mais profunda

Ao longo do século 20, o Brasil se inseriu como fornecedor de recursos naturais para países do Ocidente, com destaque para Europa e Estados Unidos. Nas últimas décadas, porém, grandes transformações ocorreram no cenário global, tornando-o mais complexo.

Nesse cenário, uma potência vem ascendendo com maior intensidade: a China. “Não estou dizendo que a nação asiática será líder, mas é preciso considerar que já é a segunda maior economia, o segundo maior *player* no comércio e o segundo maior credor líquido do mundo”, destacou o painelistas.

Ao passo que cresce rapidamente sua relevância global, a China também aumenta sua ligação com o Brasil. “A cada ponto

de queda ou de avanço do PIB chinês, é gerado um impacto sobre a América Latina maior do que a variação do PIB americano ou europeu. Ou seja, para o bem ou para o mal, a China nos puxa e gera reflexos no comércio e na exportação e especialização em recursos naturais. Nós estamos nos grudando nesse país e nessa região”, afirmou.

Uma das consequências desse quadro, segundo Cunha, é a especialização do Brasil como produtor e exportador de recursos naturais. Diante desse quadro, o painelistas trouxe a linha de raciocínio do economista Delfim Netto e questionou: “Nós vamos gerar impostos, empregos e renda suficientes com essa especialização para um país com mais de 200 milhões de habitantes?”.

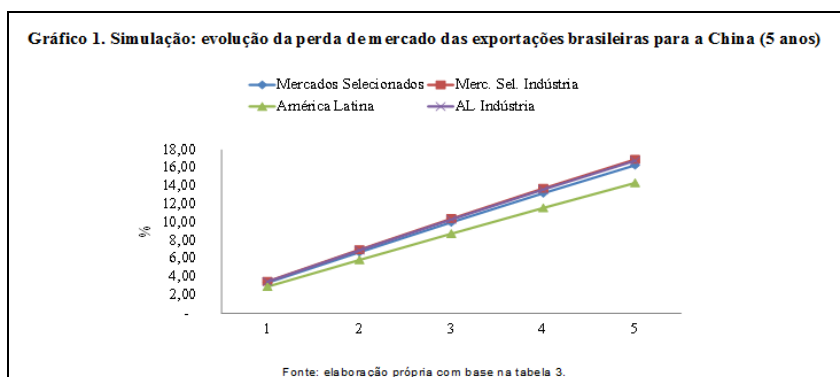
Ele relatou ainda que, após participar de diversos fóruns com os chineses, surgiu uma preocupação em relação ao Rio Grande do Sul: “Eu volto com a ideia de que os asiáticos sabem o que querem de nós, mas nós não sabemos o que queremos de nós e nem deles. Posso até não concordar com eles, mas é evidente que têm linha, direção e sabem para onde estão indo. Isso cria um jogo assimétrico nas relações. Vejo muito fogo, fumaça e confusão, mas pouca luz. Isso é um desafio coletivo”.

Com objetivo de identificar os impactos das exportações chinesas para um grupo de diversos países, dentre eles o Brasil, foi elaborada uma econometria. Chamado de gravitacional, o modelo parte do pressuposto de que quanto maiores e mais próximas forem as economias, mais intenso será o comércio. Além dessas, levou-se em consideração um grupo de variáveis.

Os resultados desse estudo comprovaram a existência do Efeito China. “Se nós formos olhar o nosso *market share*, ele vai diminuindo. Isso porque a China e o conjunto dos países asiáticos estão crescendo mais rapidamente. Ou seja, não significa que não tenhamos capacidade de expandir nossas exportações. Quando o bolo cresce, nós pegamos uma fatia, mas os outros pegam uma fatia maior do que a nossa. E aí nós vamos perdendo espaço”.

Em termos numéricos, a perda de mercado das exportações brasileiras para as chinesas chega a 3,8% ao ano nos 48 países considerados. Quando o critério se restringe a produtos industriais, o índice cai para 3,52% ao ano para esses mercados. Por fim, no cenário que só contempla a América Latina, o índice é de 2,95% para exportações em geral e 3,49% para produtos industriais.

O acadêmico frisou ainda que não se trata de uma projeção, mas de uma simulação. “Tomamos como base algumas hipóteses. Se nossos parâmetros estiverem calibrados, vamos continuar nessa trilha de perda relativa de mercados ao longo dos próximos anos”, alertou.



Desafios do desenvolvimento

“Nós somos aquele paciente que tinha entrado em coma e está voltando, mas a musculatura ainda não está em dia. O corpo está se recuperando”, comparou Cunha em relação ao estágio atual do Brasil.

Para o painelista, é importante ter noção de que se atravessa um período de baixo crescimento e crise fiscal, cenário que condiciona o comportamento de todos os agentes. “Os consumidores brasileiros seguem aceitando a inflação mais alta do que deveriam

aceitar. As empresas, em geral, seguem funcionando a partir de uma lógica de economia instável. Isso é racional para ambas as partes”, explicou, ressaltando que não é simples mudar essa situação.

Mencionando um exemplo do sistema bancário, Cunha afirmou que “não há razão macroeconômica para que as taxas de juros não caiam lá na ponta”. E complementou: “Teve de vir a Dilma para fazer uma política objetiva. A redução aconteceu porque teve o Banco do Brasil para liderar, além da Caixa Federal. Com os dois pressionando, outros bancos se verão obrigados a seguir o mesmo movimento”.

Situação semelhante ocorre com o setor de energia: “É só tentar reduzir o preço que as resistências são brutais. O secretário da Fazenda e as empresas do setor não querem que o preço caia. Aí eles vão lá para o Congresso pressionar”.

Para o economista, a origem desse problema está no modelo de privatizações e concessões, que foi organizado em um período de instabilidade macroeconômica. “Foram criadas condições absolutamente assimétricas entre a sociedade brasileira e as empresas. Então, nós temos de corrigir isso para aumentar a competitividade do País”, sugeriu.

O acadêmico também salientou os entraves causados pela legislação brasileira, que cria uma série de impedimentos à eficiência do Estado e da iniciativa privada. “Temos um bode enterrado, pois as leis não permitem que se invista. Nós temos de aumentar o investimento público de 1% para 4% do PIB. As instituições estão paralisadas, e as empresas não podem continuar atuando num inferno burocrático, administrativo e tributário. As condições macroeconômicas favorecem as mudanças. Todo mundo sabe o que tem de ser feito, mas o difícil é mexer”.

Conforme o estudioso, outras deficiências que merecem integrar a pauta de prioridades do País dizem respeito à infraestrutura e aos recursos humanos. “Isso não se mexe em menos de uma geração. Ou nós mexemos nessas questões estruturais ou nós ficamos

parados. Aí o mundo passa por cima, independente da estratégia que traçarmos.”

André Cunha ressaltou que é fundamental que haja uma postura proativa para que os problemas sejam definitivamente resolvidos. “Se eu pudesse dar um único recado seria: ‘Corram pra Brasília e pressionem os deputados! Isso porque as mudanças institucionais são a agenda mais importante para o Brasil”.

De acordo com Cunha, o processo é complexo e exige tempo. “Se nós não começarmos a fazer, estaremos discutindo isso daqui a 25 anos de novo. Os outros estão fazendo e com muita velocidade”, alertou, complementando que o sucesso desse processo depende da participação da iniciativa privada.

Por fim, o painalista chamou atenção para o que definiu como “gambiarra”. “Eu sempre discuto o Estado brasileiro como uma espécie de gambiarra. Se alguém tem um problema, mesmo que seja pessoal, puxa uma gambiarra. Se é preciso resolver o problema do Fulano, aí criam uma lei para ele. O problema pode ser de uma empresa setorial, aí também criam uma gambiarra”. Para o economista, com o fim da inflação, a conquista da solvência e a recuperação da capacidade de atuação do Estado, é preciso enfrentar essa questão cultural.

Patrimônio construído passo a passo

Ao longo das últimas décadas, o Brasil obteve um conjunto de avanços, seja no setor público ou na iniciativa privada. É o caso da estrutura produtiva, que hoje apresenta complexidade e integração. “Nós não temos empresas *high tech* eletroeletrônicas com densidade e competitivas internacionalmente. Mas temos um parque produtivo diversificado, que se modernizou, e com uma gestão mais competente, que se profissionalizou. Isso é um enorme ativo”, destacou Cunha.

No âmbito público, conforme o painalista, o País construiu uma ampla rede de instituições, cujas atribuições vão desde a im-

plantação de políticas industriais até o fomento a pesquisas acadêmicas. “Nós temos, por exemplo, o Itamaraty, que é extremamente competente. Nosso aparelho estatal foi potencializado ao longo dos últimos anos. Agora as carreiras são mais sólidas e bem remuneradas, atraindo gente com elevada qualificação. Muitas instituições sobreviveram, enquanto outras foram criadas. Juntas, elas preservam a capacidade de fazer políticas públicas”, afirmou Cunha, ressaltando a importância da coordenação para que a estrutura seja potencializada.

Segundo o professor da UFRGS, outra vantagem que o Brasil possui na atualidade é o ambiente político. “Vivemos em um período favorável à retomada do ativismo estatal. Essa é uma consequência do descrédito das políticas neoliberais, depois de tantas crises financeiras e do baixo crescimento causado por elas”, afirmou.

O momento econômico também foi apontado como um fator positivo pelo acadêmico. “O Brasil está hoje com uma oportunidade histórica em razão do ajuste macroeconômico, do crescimento com redistribuição da renda e do benefício do aumento dos preços dos recursos naturais. Além disso, nós temos um enorme mercado interno num mundo em que todos estão tentando correr para exportação”, defendeu.

Questionado se existe uma dicotomia entre abandonar a exportação ou o mercado interno, André Cunha foi enfático: “Não, exportar é absolutamente vital para ganhar escala, produtividade, eficiência, além de gerar divisas. Mas nós temos um enorme mercado interno que é um ativo. Basta saber se o mercado interno será para as empresas brasileiras, gerando empregos e impostos, ou se será para os outros, que também querem crescer fora”.

André Cunha sublinhou ainda que, ao contrário de diversos países do mundo, o Brasil está conseguindo criar empregos. “Se olharmos as taxas de desemprego, mesmo nas nações em desenvolvimento, elas estão crescendo”, relatou.

Ao mesmo tempo, o pesquisador afirmou que há um desafio a ser superado nessa área: “Os empregos estão dando dignidade aos indivíduos, oportunidades de cidadania e acesso ao mercado de consumo, mas não contribuem para o aumento de eficiência coletiva da sociedade. Estamos criando empregos, mas precisamos também criar condições para aumentar a produtividade”.

Obstáculos no meio do caminho

Olhando para o horizonte econômico, o acadêmico enxerga uma série de riscos para o Brasil. Segundo Cunha, ao longo das últimas décadas, o País está sendo conduzido pela Ásia, e sobretudo pela China, para a especialização regressiva. “A concorrência no mundo está cada vez mais acirrada. Por isso, acabamos sendo empurrados pela inércia e pela falta de ação concreta da sociedade brasileira. Precisamos abrir um pouco a mão dos ganhos no curto prazo em nome de algo melhor para o futuro”, sugeriu.

De acordo com o economista, “não adianta correr para Brasília, pedir benefícios e proteções aqui e acolá, pois seremos atropelados”. Essa postura, defendeu o painalista, pode até resolver a situação no curto prazo, mas não estruturalmente.

Diante dos desafios do século 21, o Brasil ainda mantém um Estado desenvolvimentista incompleto e atrasado. “Nós nem sequer montamos um Estado nos moldes asiáticos, pois ele não existe sem que haja uma combinação entre incentivos e mecanismos de punição. Sem essas duas frentes, um Estado desenvolvimentista não pode ser bem-sucedido”, alertou.

Nesse contexto das políticas públicas, dois fatores foram apontados como essenciais pelo professor: transparência e medição precisa dos resultados. “O dinheiro que estamos dando para determinado setor ou empresa está gerando resultado? Estão exportando mais ou menos por causa desse dinheiro? Caso as respostas sejam negativas, surge a necessidade de repensar a questão coletivamente”.

te”, disse Cunha, recordando que a Ásia conseguiu fazer isso, inclusive na educação.

Outra questão fundamental para o sucesso do Brasil é como se dará o desfecho do combate entre a centralização e a descentralização. Conforme o painalista, torna-se cada vez mais urgente uma ação coordenada, e não apenas a iniciativa isolada de governos locais. Como exemplos dessa necessidade, ele citou a distribuição dos *royalties* do pré-sal, a elaboração de uma nova política de minérios e a criação de um fundo a partir da exportação de commodities agrícolas.

Freio de arrumação: a volta de um Estado mais presente

Num cenário internacional marcado pela instabilidade dos mercados, as atribuições do Estado voltaram a ser colocadas em pauta. De acordo com Cunha, essa tendência pode ser observada com clareza. “Em todo o mundo, está acontecendo uma remontagem de estruturas que haviam sido desmontadas. Nações que tinham modelos de desenvolvimento, com o Estado ocupando um papel importante, estão pensando se o abandono dessas estruturas não foi um erro”, relatou.

Para o pesquisador, os novos tempos exigem uma reavaliação: “O Estado é necessário por diversas razões. Não significa a volta de um Estado produtor. Não teremos um retorno aos anos 50 ou 70. Trata-se de um novo desafio, em que outro modelo de Estado se faz necessário”. Trazendo o assunto para o plano dos fatos, o economista apresentou o exemplo da França, que está recriando seu banco de desenvolvimento.

Diante das condições atuais, André Cunha observa que a definição de um norte claro por parte do Estado ganha cada vez mais relevo. “Os períodos de descentralização política trouxeram efeitos muito negativos. Historicamente, inclusive depois da Crise de 29,

só conseguimos avançar quando havia uma estratégia nacional. Por isso, hoje não vejo saída sem ela”, opinou.

Como resultado dessa percepção, diversos países estão elaborando políticas industriais – e muitos deles, segundo Cunha, cometendo erros. “Está todo mundo adoidado correndo atrás do tempo. O difícil é implementar uma política com eficiência, pois envolve a coordenação de uma série de elementos dentro do aparelho do Estado. Toda a vez que eu vou pra Brasília, vejo que ninguém fala nada com nada”, criticou.

Segundo o professor da UFRGS, o RS tem obtido mais êxito nesse esforço. “O Estado possui uma política industrial e está procurando articular um conjunto de instituições. É claro que, nesse processo, todos acertam e erram. Mas é um mérito excepcional, pois a criação e preservação de instituições é um desafio cotidiano. O Rio Grande do Sul está de parabéns nesse sentido”, reconheceu.

Políticas desenvolvimentistas para um novo Brasil

Diante do cenário internacional de riscos, oportunidades e desafios, Cunha concluiu que o Brasil precisa adotar um conjunto de políticas desenvolvimentistas. Em primeiro lugar, elas precisam ser coerentes. “Isso envolve a promoção de setores específicos e a qualificação da infraestrutura e dos recursos humanos, além de uma macroeconomia adequada. Não adianta um sujeito fazer o maior esforço, mas aí a taxa de câmbio vai para um lado e os tributos para o outro. Dessa forma, mata o esforço da política industrial”.

A segunda característica necessária para as políticas desenvolvimentistas é a efetividade. Quanto a esse aspecto, o painelistas reafirmou a importância de mecanismos que induzam o setor privado em duas direções: a eficiência produtiva e a inibição do *rent-seeking*. Por fim, ele destacou a importância da coordenação entre as diversas instituições governamentais e não governamentais.

Nesse contexto de valorização do papel do Estado, Cunha chamou atenção: “Eu, que defendo um Estado ativo e participativo, quando vejo que está todo mundo indo por essa linha, às vezes de forma quase excessivamente festiva, digo: ‘Esperem!’ . É preciso ter um Estado forte, mas também com qualidade nas políticas públicas”. E complementou: “Se as políticas não forem bem-sucedidas, o ciclo ideológico e econômico vai se inverter. E aí a coisa pode ser bem complicada”.